

# O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional<sup>1</sup>

JOSÉ MIGUEL SARDICA \*

## 1. Introdução: o público leitor e a imprensa no tempo da «vida nova»

Nos meados da década de 1870, Eça de Queirós fechou um dos seus mais famosos romances – *O Crime do Padre Amaro* – com um episódio em que a ficção imitava a realidade. A cena passava-se nos finais de Maio de 1871, às portas da Casa Havaneza, no Chiado, na altura em que começavam a chegar a Lisboa as notícias dos acontecimentos da Comuna, que traziam Paris a ferro e fogo: «Pessoas esbaforidas chegavam, rompiam pelos grupos que atulhavam a porta, e alçando-se em bicos de pés esticavam o pescoço, por entre a massa dos chapéus, para a grade do balcão, onde numa tabuleta suspensa se colavam os telegramas da Agência Havas»<sup>2</sup>. A descrição da agitação da turba, da vozeria das opiniões e da ânsia de ler os telegramas que chegavam (e que os jornais logo imprimiam) reproduzia, muito possivelmente, o que o próprio Eça vira, em Maio de 1871, e serve como evocação literária do que era uma realidade sociocultural emergente no Portugal do tempo – o novo e acrescido poder das notícias, da informação e do jornalismo em geral na modelação das consciências e dos comportamentos dos portu-  
gue-

---

\* Professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

ses. Quarenta anos volvidos sobre o momento imaginário em que o Padre Amaro deambulava pelo Chiado, Eduardo de Noronha haveria de recordar a Casa Havaneza e toda a área circundante como o grande «ponto de encontro» dos fazedores de opinião, dos políticos, literatos, janotas, aristocratas e boémios, para quem os arduos berravam manchetes, «aturdindo os transeuntes com os seus pregões». Tudo isto era testemunho real de que o jornalismo se tornara, efectivamente, um poder sociocultural novo, um «negócio rendoso», que «esgotava rapidamente» as «gazetas vespertinas e nocturnas»<sup>3</sup>.

A Casa Havaneza, fundada em 1865, no mesmo ano que o inovador *Diário de Notícias*, ficava no centro do centro (Lisboa): junto do Teatro de São Carlos, do Casino Lisbonense, do Grémio Literário, da Livraria Bertrand, do Hotel Universal, do Café Tavares, do Teatro da Trindade, no coração do elegante Chiado e às portas do boémio Bairro Alto, onde pululavam os clubes políticos e as redacções dos jornais<sup>4</sup>. Era esse o microcosmos da *intelligentsia* lisboeta (e portuguesa) no último quartel do século XIX: um pequeno mundo de jovens iconoclastas e de periodistas mais ou menos ambiciosos, que se educaram civicamente a desconfiar da «paz podre» do materialismo da Regeneração, sonhando operar uma grande revolução cultural que transformasse as mentalidades, a sociedade e a política, e que finalmente sintonizasse o país com um novo ideal de cidadania consciente, democrática e participativa.

Eça de Queirós era um dos rostos e das penas mais conhecidas dessa «geração nova» – a Geração de 70, que começara a dar nas vistas alguns anos antes, em Coimbra, antes de se fixar na capital, onde atingiu a fama nesse mesmo ano de 1871, com a realização da série de conferências do Casino Lisbonense<sup>5</sup>. O seu objectivo era o de aprofundar as estruturas liberais criadas em 1820, alargando a esfera pública enquanto espaço de debate e educação políticos, e democratizando o voto e a participação através de uma mobilização ideológica a que os intelectuais se habituaram a chamar «cultura», na acepção mais vasta da palavra<sup>6</sup>. Naturalmente, os vultos mais representativos desta *intelligentsia* já não eram os académicos, filósofos ou literatos românticos de outrora, mas novos líderes de opinião massificada, que se mostravam nas ruas, que animavam conferências ou comícios e que – muito particularmente – enchiam as páginas dos jornais deste segundo liberalismo: diários de grandes tiragens, baratos, de informação generalista e reportagem de quotidiano, vocacionados para o grande público das cidades (sobretudo Lisboa), que o fomento fontista já fizera crescer espacialmente e diversificar sociologicamente<sup>7</sup>.

Nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reorganização sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes construtores, intérpretes e porta-vozes

desse novo Portugal acordado para uma maior consciência cívica, para uma participação mais exigente e para um renovado desejo de europeização cultural<sup>8</sup>. Consequentemente, esse foi também o tempo em que o jornalismo mais se modernizou – no estilo, nos conteúdos e até no grafismo<sup>9</sup> –, atingindo um volume de tiragens, vendas e influência na vida social e nos centros decisores da política que se prolongaria até ao final da I República, e que permanece até hoje inigualado<sup>10</sup>. Em 1886, num prefácio em que abordava o papel do escritor e a natureza da leitura, Eça de Queirós testemunhou a massificação do mundo da imprensa em Portugal. Um século antes, lembrava ele, Voltaire tinha tido cem leitores; em Paris, no último quartel do século XIX, o *Petit Journal* tinha oitocentos mil: «o escritor, há cem anos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto, amiga da Eloquência e da Tragédia, que ocupava os seus ócios luxuosos a ler, e que se chamava o Leitor; hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca a que se chama o Público»<sup>11</sup>. A evolução do leitor de elite para o público massificado era assim a novidade do tempo, e operara-se através da «democracia», da «instrução», da «iluminação a gás», das «máquinas *Marinoni*», dos «clubs» e da «liberdade». Tudo isto fizera sumir o leitor, «e em lugar dele o homem de letras viu diante de si a turba a que chama o Público, que lê alto e à pressa no rumor das ruas»<sup>12</sup>.

O ambiente evocado pelo escritor era o mesmo que Júlio Dantas recordaria nas suas *Memórias*, décadas volvidas. Dantas estreara-se no jornalismo muito novo, «amanuensado» no *Novidades*. Segundo ele, no fim do século XIX, os grandes jornalistas (Emídio Navarro, António Enes, Mariano de Carvalho, Oliveira Martins e outros) «eram a opinião pública», «a expressão viva da consciência política da nação»<sup>13</sup>. O poder era então «uma função política» e os que melhor detinham as qualidades requeridas para o seu desempenho eram os jornalistas, por serem «indivíduos de larga visão, de espírito empreendedor, de vasta cultura geral, habituados aos negócios públicos, conhecedores dos métodos do governo e da psicologia dos homens»; por tudo isto, a imprensa aparecera ao jovem Júlio Dantas como «o meio formativo por excelência das capacidades do governo e um dos melhores campos de selecção do pessoal político»<sup>14</sup>.

Assim sendo, perante um espaço público e uma opinião pública em rápido processo de alargamento – ao ritmo a que mais portugueses afluíam às grandes cidades e mergulhavam, como multidão desafiante, na *masspolitik* radical da chamada «vida nova»<sup>15</sup> –, a função exercida pelos jornais e o papel dos mesmos na orientação da vida quotidiana das pessoas, das instituições e do próprio sistema monárquico tornaram-se tópicos de redobrada discussão. Por sua vez, a avaliação do lugar da imprensa no Portugal do tempo levou a uma vasta reflexão entre os jornalistas e homens de letras acerca da sua utilidade, virtualidades, defeitos e peri-

gos. Ora as cambiantes, muitas vezes maniqueístas e contraditórias, dessa reflexão – oscilando entre o maior entusiasmo e o mais profundo cepticismo – ajudam em muito a perceber algumas das esperanças conjunturais e alguns dos estrangulamentos estruturais do Portugal da transição do século.

## 2. Sacerdócio, apostolado e quinto poder: as imagens do bom jornalismo

É de novo a Eça de Queirós que é útil recorrer para tentar reconstruir a forma como os novos-escritores jornalistas concebiam positivamente o seu ofício e o seu papel, num Portugal em mutação e no qual eles queriam ser a vanguarda esclarecida e motivadora.

Em Janeiro de 1867, com 21 anos, o futuro escritor chegou a Évora para ser o faz-tudo num pequeno jornal de oposição, o *Distrito de Évora*<sup>16</sup>. O editorial do n.º 1 deu o mote para a forma como a geração do segundo liberalismo encarava a nova imprensa, ao mesmo tempo que desenhava uma protodeontologia para essa renovada actividade. «O jornalismo» – começava Eça – «na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial». Com que objectivos? «Fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, velar pelo poder interior da pátria [...] pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.» A actividade do jornalismo nunca devia ter repouso ou abrandamento, porque era necessário «todos os dias falar, discutir, convencer [...] revolver todas as coisas», em ordem a «fazer triunfar o bem». Por isso os jornais eram simultaneamente «o arquivo da opinião moderna, a repercussão de uma impressão geral, o motor dos espíritos», que «ensina», «professa» e «alumia» como «grande construtor do futuro»<sup>17</sup>.

Eça não se demorou muito em Évora, mas cimentou, desde logo, uma justa reputação de teórico do jornalismo<sup>18</sup>, de intelectual activo, de instigador de debate e de observador realista do quotidiano, que cristalizaria n'*As Farpas* (em parceria com Ramalho Ortigão)<sup>19</sup> – pela mesma altura em que outro importante *compagnon de route*, Oliveira Martins, se estreava no *República*, cujo significativo subtítulo era *Jornal da Democracia Portuguesa*. Desde então, e durante anos, a imprensa e o jornalismo foram repetidamente incensados e celebrados no espaço público como os grandes instrumentos para toda a espécie de melhoramentos morais, sociais e políticos que urgia derramar sobre a rotina adormecida da nação.

Foi com idêntico objectivo que os republicanos se lançaram à conquista da opinião pública, sobretudo a partir do surgimento d'*O Século*, em 1880. Magalhães Lima, o seu fundador, era dos que acreditavam que a luta contra os defeitos da Monarquia e o triunfo, a prazo, da alternativa republicana passava por um tipo de combate diferente da pura luta armada – o combate dos espíritos, que havia que conquistar, doutrinar e orientar. *O Século* era apenas uma das peças de uma vasta política do espírito, onde se contavam também congressos, exposições, comemorações (como a camoniana, nesse mesmo ano), *meetings*, tudo actuando «a favor da liberdade, da moral e da justiça», pelo «levantamento do espírito público», no sentido da criação de uma nova «devoção cívica»<sup>20</sup>.

Alguns anos volvidos, seria José Dias Ferreira a elevar a imprensa a um patamar ainda mais nobre. Numa carta a Eduardo Coelho, o fundador do *Diário de Notícias*, classificava a actividade jornalística como nada menos que «um quinto poder do Estado, que não precisa de estar reconhecido na Constituição, e que, talvez por isso, governa mais que os restantes quatro poderes reunidos»<sup>21</sup>. Havia quase cem anos desde que, em finais do século XVIII, o filósofo político Edmund Burke cunhara a expressão «quarto poder» para designar a influência dos periódicos sobre a opinião do público. Dado que, na cultura política portuguesa de Oitocentos, «quarto poder» era a expressão usada para designar o «poder moderador» atribuído pela Carta Constitucional privativamente ao monarca, os radicais do final do século XIX cunharam então a expressão «quinto poder», como que para realçar que a influência do jornalismo se exercia já sobre e para lá da esfera da acção régia, como árbitro supremo da vida pública portuguesa.

O poder mediático da imprensa instalou-se então como barómetro e espelho de todos os acontecimentos, debates e reformas do final da Monarquia. A sua capacidade de fazer opinião, trazendo para a leitura camadas populacionais do «país real», e não apenas do «país legal», e de as movimentar, no espaço urbano, transformou o jornalismo num contrapoder a que, algumas vezes, o sistema conservador monárquico teve de responder com tomadas de posição mais ou menos censórias<sup>22</sup> – cujo efeito contraproducente era reforçar ainda mais a centralidade e a importância do mundo dos jornais. Era muitas vezes em reacção aos desencontros e conflitos entre os poderes políticos e a imprensa que os profissionais da opinião pública elaboravam a sua doutrina de defesa da utilidade e das virtualidades da mesma. Em 1900, França Borges, o criador do diário republicano *O Mundo*, queixava-se das suspensões e apreensões decretadas pelo Ministério Público (liderado pelo famoso juiz Francisco Veiga), argumentando que a questão do jornalismo extravazava em muito o simples eixo da política: era, na verdade, um tema de sociedade, porque era através dele que «se vulgarizam as ideias e os factos que

interessam à vida de um povo e à vida da humanidade»<sup>23</sup>. César da Silva ia mais longe, teorizando que o jornalismo era indispensável ao poder – qualquer poder, de qualquer partido ou regime – na nova época das massas e da democracia, porque mediava o fluxo comunicacional entre a política e o povo e porque regulava a intensidade das reivindicações deste. Assim, por um lado, num tempo em que a política era já bem mais do que o simples controlo de uma maioria parlamentar e de uma meia dúzia de centros eleitorais de notáveis, ler os jornais e reflectir sobre os seus conteúdos era fundamental para o político, porque era nas suas páginas que se colhia, «cintilante», o pulsar «das opiniões que entre si se digladiam»; por outro lado, ao dar «publicidade» às «paixões políticas» da massas anónima, os jornais funcionavam sadiamente «como os vulcões», ou seja, «como válvula reguladora das indignações populares», «exteriorizando-as» e «amolece[ndo] a sua força»<sup>24</sup>.

No auge da luta política contra o franquismo, e a propósito do projecto de lei de imprensa apresentado pelo governo na Primavera de 1907, Júlio de Vilhena (que sucederia a Hintze Ribeiro na chefia do Partido Regenerador) também ecoaria a visão essencialmente entusiasta e optimista dos jornalistas como peças fundamentais na vida regular das instituições e da sociedade, evocando o seu lugar de mediadores na comunicação entre o topo e as bases: «É a imprensa que leva a sua [dos políticos] voz aos lugares mais distantes do país [...] é ela que propaga as suas opiniões [...] é ela que as lança na consciência pública» – e «dos aplausos dessa consciência provém a sua maior glória»<sup>25</sup>. E se falava *pelos* políticos, também falava *para* os políticos: «Quando a imprensa faz uma afirmação, ela supõe interpretar o sentimento popular. Apresenta-se como seu órgão, repetindo a sua voz»<sup>26</sup>.

Além dos intelectuais dissidentes, como Eça de Queirós ou Magalhães Lima, dos agitadores republicanos, como França Borges ou César da Silva, e dos políticos (des)alinhados face ao *statu quo* do rotativismo, como Dias Ferreira ou Júlio de Vilhena, o «quinto poder» era ainda tema de reflexão e elogio na obra de pedagogos e de profissionais do ofício, mais ilustres ou mais obscuros. Sampaio Bruno estava entre os primeiros. Fiel à tradição ideológica republicana, entendia a política como «demopaideia», como educação das massas para a elevação cívica, e a imprensa como «demopedia», como veículo para desenvolver e popularizar essa mesma educação. Num artigo publicado em 1901, definiria o jornalista como «o único escritor público» e como o verdadeiro «procurador dos cidadãos» – na exacta medida em que «se o jornalista não puder escrever, o cidadão não poderá falar em público»<sup>27</sup>.

Tendo a transição do século sido um período de intensa auto-reflexão da classe dos jornalistas – conducente, aliás, a uma progressiva construção e afirmação do ofício como profissão liberal, dotada de formas de organização interna

associativa<sup>28</sup> – abundaram também, nesses anos, escritos vários, oriundos do seu interior, que constituíam outras tantas defesas apaixonadas da missão de informar. No congresso de 1909 da *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, M. V. d'Armélum Júnior foi relator de uma *Memória* que constitui um dos melhores exemplos da retórica encomiástica com que os jornalistas se viam a si próprios.

Armélum começava por saudar a centralidade da acção e a influência da imprensa «na marcha ascensional e progressiva da civilização» e «no universal concurso de todas as actividades, de todas as energias, de todas as superiores celebrações e intelectualidades, de todas as sãs e fecundas boas vontades»; isto era assim porque os jornais tinham ganho uma «inconcussa e extraordinária força», em vista da «altíssima missão social e histórica» de que se achavam revestidos nas sociedades modernas<sup>29</sup>. Na realidade, em face de eleitorados vastos e socialmente diversificados<sup>30</sup>, o jornalismo fazia as vezes de ponto de encontro, de posto de escuta e, por sua vez, de megafone retransmissor, assumindo-se como «o defensor nato de uma causa, o apóstolo devotado de um ideal, a bandeira sacrossanta de um partido, e sempre um agitador e propagador de ideias, sentimentos e aspirações»<sup>31</sup>. Desenvolvendo o seu raciocínio, Armélum atribuía à imprensa sete funções, distintas mas complementares, através das quais se comprovava o seu lugar imprescindível «na grande obra de regeneração nacional», perante «um espírito público sempre e cada vez mais ávido de notícias e ansioso por ser largamente informado com precisão e rigor»: 1) a informação; 2) a vulgarização (de conhecimentos úteis); 3) a instrução; 4) a educação; 5) a crítica; 6) o serviço económico-social (no caso dos jornais angariadores de campanhas de assistência e beneficência públicas); e 7) o exemplo, ou seja, a criação e defesa «de um ambiente de moralidade, probidade e dignidade»<sup>32</sup>. Exercidas em conjunto, estas sete virtualidades faziam da imprensa nada menos que «um verdadeiro sacerdócio», «um verdadeiro apostolado»<sup>33</sup>.

«Sacerdócio» e «poderoso instrumento de civilização» eram também o mote geral para o longo encómio à sua profissão deixado por Alberto Bessa, na sua conhecida obra de 1904, *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*<sup>34</sup>. Bessa era um escritor, poeta e dramaturgo com uma larga folha de serviços na imprensa – fora redactor, entre muitos outros, d'*O Século*, sob Silva Graça, e do *Diário de Notícias*, sob Alfredo da Cunha –, e a sua análise é surpreendentemente actual, mesmo tendo em vista as mais modernas teorias da comunicação. O seu pressuposto de base era o de que o instinto gregário do homem e a sua decorrente «necessidade de comunicação» preexistia a qualquer arranjo social ou forma de regime político, como «uma inclinação irresistível do nosso espírito e do nosso corpo»<sup>35</sup>. A partir daqui, era possível definir sucessivamente a imprensa como «palavra organizada em instituição, tornada eco

da multidão anónima, obscura, desvalida, paciente, irresoluta e murmurante, servindo, com a sua voz, de válvula de segurança providencial», e o jornalista como «sentinela vigilante, a cujos ouvidos vão ter o pranto, as imprecações e os lamentos das vítimas da injustiça ou da prepotência»<sup>36</sup>.

Mais interessante era a forma como Alberto Bessa descrevia a relação entre o jornal e a sociedade, entre o jornalista e os seus (muitos) leitores. Cada órgão de imprensa alcançava «a multidão anónima» e fazia dela «um público», homogeneizando indivíduos e vozes, unidos pela leitura e por aquilo que esta trazia de «consciência mais ou menos nítida de que outros, à mesma hora, estão partilhando sentimentos iguais, iguais ideias»<sup>37</sup>. Por isso competia ao jornal, e só ele o podia fazer, a construção e expressão das opiniões, na medida em que só ele conseguia, pela sua circulação e leitura alargadas, «dirigir a vontade, a resolução e os actos; reflectir a impressão, o sentimento e as emoções; dirigir o protesto, a reclamação, a queixa; reflectir a agressão, a injustiça, o sofrimento; dirigir a iniciativa, o movimento, a liberdade; reflectir a ameaça, a opressão, a tirania»<sup>38</sup>. Eram estas as valências que finalmente promoviam cada jornalista, *per se*, a figura cimeira da cultura, da sociedade e da política, como «mestre de primeiras letras», «catedrático de democracia em acção», «advogado e censor, familiar e magistrado», e a imprensa à suprema categoria de «maior de todas as actividades humanas» e «sol da civilização», que «aquece, alumia e fertiliza» (*sic*)<sup>39</sup>.

### 3. Mercantilismo, injúria e vaidade: as imagens do mau jornalismo

O mundo dos jornais mudara muito – quantitativa e qualitativamente – da geração liberal romântica para a geração realista, e dos primeiros anos da Regeneração para as últimas décadas do século. Todavia, se é verdade que a evolução fora em muitos aspectos positiva, também tivera aspectos mais negativos, que ensombrevam o exercício da profissão e a fama pública de quem a ela se dedicava. A teorização de Alberto Bessa é um bom ponto de partida para complexificar um pouco mais a relação que a *intelligentsia* tinha com a imprensa, e para detectar, ao lado das luzes optimistas com que a generalidade dos discursos se referia ao jornalismo, uma face mais escura, que reconhecia e lamentava neste a existência de defeitos e perigos vários.

O mau jornalismo era, para Alberto Bessa, uma realidade indesmentível em muitas e muitas páginas da imprensa do seu tempo. Por mau jornalismo entendia ele, fundamentalmente, a concessão do estilo e conteúdos ao *voyeurismo* mais sensacionalista, que se demitia de realizar serviço educativo, ou seja, que descia «a satisfazer o gosto depravado do grande público, esquecendo o seu papel de guia



da opinião», preferindo publicar, «a um artigo melhor escrito e melhor pensado», a notícia «desenvolvida e ridiculamente pormenorizada de uma cena de facadas na rua Suja ou de um caso de adultério na Baixa»<sup>40</sup>.

Num certo sentido, era inevitável que isto também tivesse acontecido em Portugal. Quando a orientação editorial da maioria dos periódicos começou, nas décadas de 1860 e 1870, a afastar-se da alta política de Estado para um noticiário nacional e internacional multitemático e mais virado para o quotidiano social, os jornalistas começaram a descobrir, e o público afeiçoou-se a ler, a realidade, tal como ela existia num país que, malgrado o progresso económico fontista, manteve sempre enormes bolsas de subdesenvolvimento, miséria e conflitualidade social. É por isso que Alberto Bessa, como muitos outros, raciocinava de forma circular, opinando que a má imprensa era causa, e também consequência, do mau público, ou seja, de camadas e camadas de leitores novos, com pouca instrução, atirados para os arrabaldes da cidade e da civilização sem os instrumentos mentais que permitissem aproveitar o melhor das páginas de jornal e recusar o pior, obrigando quem escrevia a refinar temas e registos. «Se me disserem que da própria imprensa é a culpa» – escrevia ele – «não o negarei, porque não pode negar-se a evidência dos factos. Mas há-de reconhecer-se que na própria deficiência do mercado está a explicação desse facto condenável [o mau jornalismo] mas lógico até certo ponto»<sup>41</sup>.

Os lamentos, avisos, denúncias e críticas acerca da má imprensa e da péssima influência exercida pela mesma na educação dos espíritos para a ilustração e para a cidadania constituíam portanto a outra face, o reverso da medalha, dos encómios acima referidos, e enquadraram também, ao longo das últimas décadas do século XIX e dos primeiros anos do século XX, toda a reflexão sobre o lugar e a importância do jornalismo na cultura, na sociedade e na política portuguesas do tempo.

O mote começou na ala mais conservadora da *intelligentsia* portuguesa, e na reacção desconfiada com que esta recebeu o sopro de novidade trazido pelo *Diário de Notícias*, pelo seu estilo simples, pela sua abrangência temática, pelo seu público socialmente desfavorecido e pela sua estratégia de rentabilizar o jornal através da activa angariação de publicidade. Em 1872, Silva Pinto declarava «deploável» a escola de Eduardo Coelho, e arrasava já a reputação do *DN* referindo-se-lhe como «uma folha inconsciente», que oferecia o «pungentíssimo espectáculo de um mercantilismo desaforado» (*sic*)<sup>42</sup>. Alargando a análise do *DN* ao geral da imprensa existente no início da década de 1870, Silva Pinto era ainda mais cáustico: os jornais eram «fontes impuras» e os jornalistas «apóstolos da mentira e do erro». O retrato de conjunto não deixava dúvidas: «O elogio constante aos devassos de todos os partidos pelos órgãos desses partidos; a exploração espirituosa dos delitos

de toda a casta; o sangue frio revoltante na enumeração dos crimes mais atrozes; o mercantilismo abjecto estabelecido como programa; a colocação da imprensa ao serviço de vinganças pessoais; a escassez absoluta de competência [...] eis o quadro»<sup>43</sup>. Dois anos volvidos, Guimarães Fonseca, um panfletário admirador do velho jornalista-político António Rodrigues Sampaio (uma das estrelas da geração de Garrett, Herculano ou José Estêvão), haveria de traçar a diferença entre o que fora a imprensa antes da massificação e o que ela era agora. Nos gloriosos tempos em que «o Sampaio d'A *Revolução de Setembro*» era o maior oráculo do diminuto espaço público português, o jornalismo «era arma de combate magnânimo, e não tela de discussão efémera», «código das liberdades e dos direitos do povo, e não estendal de injúrias partidárias, pelourinho de afrontas e circo de represálias»<sup>44</sup>.

Se agora revelava estes defeitos e vícios, o jornalismo mais não fazia, na verdade, do que espelhar o que era a nova sociedade portuguesa. O fomento e a urbanização, a Geração de 70 e as Conferências do Casino, a Janeirinha, o iberismo, a Comuna e a propaganda revolucionária de socialistas e republicanos não tinham apenas acordado o país para a participação cívica, para a aprendizagem da democracia e para a leitura de massas; tinham, de igual passo, forjado um país, particularmente no espaço urbano, que popularizara o «desdém», a «vaga hostilidade», a «indisciplina nas camadas mais baixas»<sup>45</sup>, um radicalismo retórico e uma excitabilidade anti-sistema que contaminavam os jornalistas (e muitos dos que iam chegando à profissão eram oriundos destes estratos populacionais urbanos mais revolucionários), e invadiam as páginas da imprensa. Estas, por sua vez – e sobretudo na lógica dos grandes diários republicanos sucessivamente criados, desde *O Século* e d'A *Vanguarda* ao *Mundo* e à *Lucta* –, apostavam no registo verbal violento, escandaloso e sensacionalista para atizar as massas contra o sistema, assim iniciando no jornalismo português a cultura justicialista e insultuosa de contrapoder, de que eram máximos exemplos a *yellow press* norte-americana de William Hearst ou o *new journalism* britânico de Alfred Harmsworth.

Era muito disto que se queixava, já em 1883, Duarte Gustavo Nogueira Soares, um alto-funcionário público, fidelíssimo a Fontes Pereira de Melo (o mais institucional e institucionalizado político da segunda metade do século XIX português). Nogueira Soares era um teorizador de largo fôlego, e a questão do valor e dos defeitos da imprensa interessava-lhe pela ligação que a mesma tinha com a política e a cidadania. Segundo ele, entre as principais escolas de educação política – parlamentos, comícios ou reuniões públicas e imprensa – era esta última «a mais importante», «pois acha-se colocada à porta ou dentro da casa de cada cidadão»<sup>46</sup>. É verdade que o jornalismo era «um augusto sacerdócio, um santo apostolado, uma suprema magistratura», teoricamente ao serviço do «espírito público», e da

«opinião pública» – que ele cuidadosa e conservadoramente elevava da «vontade popular» à «inteligência nacional»<sup>47</sup>. O problema é que não era na realidade isto que se podia observar no quotidiano dos jornais. Nogueira Soares era tão ou mais crítico que Silva Pinto: «A imprensa, que devia ser toda, sem excepção de um só jornal, a mais eficaz e benéfica escola de educação e moralização, é, em grande parte, a mais perniciosa escola de perversão e desmoralização política. A imprensa, que devia ser ampla arena de nobres e leais combates da inteligência, é muitas vezes uma encruzilhada em que os caluniadores de ofício e profissão, os sicários da honra, vêm colocar-se por detrás de um testa-de-ferro para agredirem covarde e impunemente homens»<sup>48</sup>. Era por tudo isto que ela aparecia, tantas vezes, «abatida e reduzida a praça de regateiras, a soalheiro de bisbilhotices, ou a palco de hístriões», redigida que era «por homens sem conhecimentos, sem talentos, sem pureza nem elevação de carácter»<sup>49</sup>.

A questão era todavia mais complexa. Ao mesmo tempo que zurzia o jornalismo mais desbragado e violento, Nogueira Soares não esquecia onde radicava verdadeiramente o mal. Qualquer reforma dos hábitos e do tom da imprensa teria de passar prévia e necessariamente por «uma reforma dos nossos costumes»<sup>50</sup>, que produzisse um público mais exigente, mais esclarecido, mais selectivo, mais crítico da vulgaridade, e que recusasse contribuir «com o seu óbulo» para o triunfo da injúria política ou do escândalo social<sup>51</sup>. Ora esse público de qualidade era uma miragem, em face da persistência de «inveterados hábitos de indolência» entre os portugueses, «que mal se compadecem com as exigências do governo representativo»<sup>52</sup>. «Que fazem os habitantes deste país?», exasperava-se Nogueira Soares; «dormem tranquilamente o sono da indiferença»<sup>53</sup>. A conclusão final da análise era um negro diagnóstico acerca do ânimo cívico e do nível cultural do Portugal tardo-oitocentista: «Se temos um jornalismo mau ou péssimo, é porque o não merecemos melhor [...]. Tempo é já de nos enganarmos: cada nação tem o jornalismo que merece; e enquanto não fizermos o que nos cumpre para merecer melhor jornalismo, claro está que não o podemos ter»<sup>54</sup>.

Nogueira Soares constatava o fracasso, mas não sabia (ou não queria, ele que era um adepto do fontismo, ou seja, do modelo de desenvolvimento em curso naquelas décadas), diagnosticar-lhe todas as causas e sinais. Na realidade, as imagens maniqueístas com que a *intelligentsia* olhava para o jornalismo português no último quartel do século XIX – ora como espaço de sacerdócio e apostolado, ora como palco de hístriões e mercantilistas – eram o testemunho de profundos contrastes e desequilíbrios que estruturalmente marcavam (e marcam) a sociedade portuguesa, não obstante todos os saltos periódicos de progresso material e de esforço na qualificação dos recursos humanos que se sucederam na contempo-

raneidade nacional. É verdade que o fontismo activou a circulação e as comunicações, rompeu isolamentos, engendrou cidades maiores, instruiu mais gente, multiplicou espaços de sociabilidade e consolidou um Estado liberal que foi habituando as pessoas ao debate público e a uma maior consciencialização cívica sobre o valor do voto, da informação, da palavra e da participação. No entanto, se bem que indubitavelmente mais rico, desenvolvido e arejado em 1900 do que em 1851 (no começo da Regeneração), Portugal não deixou de ser – e por muito tempo continuaria a sê-lo – um país pobre, rural, esmagadoramente analfabeto, onde a cultura, a crítica e a opinião permaneciam ilhas de civilização da burguesia urbana, cercadas pelo mar de rotina social e de anomia cívica em que viviam os muitos para quem o poder não encarnava apenas a autoridade temida, mas a segurança pública e o emprego economicamente remediado. Dito de outra forma, a imprensa e a militância cívica dos jornalistas mais esclarecidos exigiam, para a manutenção de um debate de qualidade, densidade e nível, um «país real» que, na realidade, simplesmente não existia. Por isso, o mais das vezes, o que existia nas páginas dos jornais era a pequena luta partidária, de bastidores e caciques, e o relato da pequena miséria quotidiana, tudo espelhos de um país parco de vida cultural e cívica, onde a sociedade civil era exígua e fraca perante um Estado também ele sem grandes recursos. A tudo isto acresce que o jornalismo ele próprio, como profissão liberal, tardou a constituir-se em Portugal, e nunca verdadeiramente se autonomizou em relação à política: e a contaminação entre os dois mundos, na figura típica do político-jornalista, não só inflacionava, nas páginas dos jornais, a violência verbal *ad hominem* em detrimento da grande informação mais objectiva, como, ao fazê-lo, prejudicava a função propriamente formadora da imprensa junto dos públicos que nela poderiam procurar veículo para a aprendizagem da cidadania.

Mais gente, no fim do século, lia, aparecia no espaço público e emitia opiniões, ou guiava-se pelas opiniões de outros; mas muita, a maioria, continuava arredada da cultura cívica e jornalística, fugida dos apelos mais entusiastas da «vida nova», e vítima dos agitadores de verbo insultuoso que a confundiam com os seus *slogans* e campanhas diárias. Em 1900, a população urbana portuguesa, não obstante o alargamento das cidades como Lisboa e o Porto, não ultrapassava os 16% do total nacional<sup>55</sup>. A taxa de analfabetismo rondava os 78% de média nacional, provando que a escola era ainda um exclusivo dos mais ricos<sup>56</sup>. Quanto à estrutura profissional da população activa, a agricultura ainda absorvia cerca de 60% da mão-de-obra nacional, enquanto os sectores da indústria e dos serviços não empregavam mais do que uns 20% cada um<sup>57</sup>. Não espanta, com estes indicadores, que todos os comentadores mais ou menos catastrofistas da crise que se abateu sobre Portugal no termo do século XIX lamentassem a anomia cívica do país, que depois se

repercutia nas fragilidades e nos defeitos da opinião pública e do jornalismo que a ecoava.

Para Silva Cordeiro, Portugal vivia mergulhado num «marasmo de consciência colectiva», no qual crescia e alastrava «a legião dos indiferentes» e «uma opinião sem fé, móbil e fátua, absolutamente à discrição dos que a dirigem, sem ideal nem coragem»<sup>58</sup>. Para Augusto Fuschini, «no fundo do espírito português» continuava, incorrigível, «a extrema ignorância dos cidadãos», que um jornalismo «essencialmente partidário» não conseguia iluminar e educar: «a agitação da curiosidade, o interesse pelos negócios públicos, a actividade das opiniões, todos esses elementos que caracterizam a vida popular, ninguém os sente no fundo do organismo social»<sup>59</sup>. Para Sampaio Bruno, por último, «a ignorância do povo português e[ra] infelizmente incontestável»; não era que o povo não existisse – o que «e[ra] preciso era educá-lo», através da actividade dos «letrados», dos «publicistas» e dos «políticos»<sup>60</sup>. Mais uma vez o círculo fechava-se: a imprensa devia fabricar e formar o povo; mas que imprensa de qualidade, de ilustração, de doutrinação democrática poderia existir, e para que público, se, na base e à partida, não havia povo no sentido de comunidade cívica autoconsciente? Eis a quadratura do círculo em que morreram, afinal, todos os sonhos de renovação alimentados pela *intelligentsia* portuguesa.

Em Junho de 1899, Emídio Navarro escreveu no *Novidades* que a má imprensa, a imprensa «dissolvente», que vivia da «licença desenfreada» e que instigava «profundas desordens sociais», era a que infelizmente abundava em Portugal, ameaçando todos os dias transformar «um cérebro inculto ou doente num doido furioso»<sup>61</sup>. O sempre cáustico Fialho de Almeida e o «último» Eça de Queirós eram outras duas vozes que também alinhavam pelo retrato negativo da imprensa e do jornalismo na era em que aos mesmos se prescreviam as maiores venturas e realizações.

Apesar de jornalista, Fialho de Almeida sempre expressou várias reservas à sua classe profissional. Olhando à volta, em 1890, em pleno burburinho pós-Ultimato, quando em todas as esquinas aparecia um pasquim e um orador, achava que o jornalista era o tipo consumado do arrivista «enérgico» e «pimpão», «desabusado de todas as crenças, batido de todas as misérias e esfomeado de todos os prazeres», pronto a fazer de uma actividade que se queria nobre e pura uma «arávia de pulhastros e michelas, dúbia e inviril, [...] que se vomita pelas enfrestaduras da vergonha, em vagalhões de inqualificáveis grosserias» (*sic*)<sup>62</sup>. A missão da imprensa era fomentar uma nova consciência, lançar políticas e debates, renovar a literatura, popularizar a cultura; nada disso se via em Portugal. Em vez de sacerdócio e apostolado laico, o jornalismo era uma «feira franca dos audazes», um «sítio de passa-

gem», destinado à «aerostação política de um nome», à «defesa dum sindicato» ou «a fazer ganhar dinheiro a um imbecil»<sup>63</sup>. Assim mal servido, não admirava que o país não reparasse nos bons livros ou nas exposições de arte que de quando em vez apareciam<sup>64</sup>.

No final da vida, precocemente envelhecido, entristecido e céptico, Eça de Queirós encarnou na perfeição a dualidade de imagens que o jornalismo suscitava na intelectualidade, e a relação de amor/ódio que ele, e muitos, nutriam em relação ao mundo da imprensa<sup>65</sup>. Num texto escrito para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em Abril de 1894, o então cônsul em Paris (posto diplomático para que fora nomeado em 1888) comentou longamente o que lhe pareciam ser os vícios e defeitos do jornalismo que tinha diante de si<sup>66</sup>. No geral – começava por salientar – a imprensa, quer a europeia, quer a americana, era «superficial, linguareira e sectária», mais nociva do que benéfica no seu conjunto, porque comunicava ao público estes defeitos e, «em lugar de educadora, se tem lentamente tornado uma viciadora do espírito e dos costumes»<sup>67</sup>. Desenvolvendo o quadro, a superficialidade geral do jornalismo era patente na maneira como contribuía para «dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízos ligeiros», através de textos fragmentários, escritos à pressa, centrados apenas na espuma dos eventos mais ruidosos que desfilavam diante dos olhos<sup>68</sup>. À superficialidade ligava-se a «bisbilhotice», patente na «indiscreta e desordenada reportagem»<sup>69</sup>. A atenção *voyeurista* ao que muitas vezes era acessório e não essencial levava, por sua vez, a que as páginas dos jornais fossem montra e alento para o desenvolvimento da vaidade. «O jornal é hoje, com efeito, o grande assoprador da vaidade humana», escrevia Eça, por criar imerecida notoriedade a quem tinha a sorte ou o engenho de chegar a ser notícia<sup>70</sup>. Em plena *Belle Époque* hedonista, aparecer nas páginas de um jornal, mesmo que pelas más razões, era uma aspiração e uma recompensa «como outrora a esperança do céu», com tudo o que isso significava de abastardamento da nobre missão do jornalista e de crise de valores entre a multidão que os lia: «para “vir no jornal” é que os homens se arruinam, e as mulheres se desonram, e os políticos desmancham a boa ordem do Estado, e os artistas se lançam na extravagância estética, e os sábios alardeiam teorias mirabolantes, e de todos os cantos, em todos os géneros, surge a horda sôfrega dos charlatães»<sup>71</sup>.

Tinha passado cerca de um quarto de século desde o entusiasmo de juventude expresso no *Distrito de Évora*. Era um Eça de Queirós «vencido da vida» e rendido ao tédio e ao *spleen* dos últimos anos de Oitocentos o que agora julgava tão crítica e sarcasticamente uma actividade à qual devotara grande parte da sua vida e obra<sup>72</sup>. O contraste entre os dois «Eças» – o da década de 1860 e o da década de 1890 – era afinal a materialização, num homem singular, do que fora o percurso do país, desde o impulso renovador, que surgira como faísca com os jovens da Geração de 70,

até ao definhar dessa chama, uma geração volvida, quando as vozes mais lúcidas da intelectualidade se renderam à evidência de que, pelas mais diversas razões e pelos mais persistentes estrangulamentos, culturais, mentais, de instrução, económicos, sociais ou políticos, a nação não conseguira captar a mensagem e agir em conformidade. Era neste fracasso – revelador dos limites da chegada da modernidade massificada, democrática e mediática a Portugal – que entroncava o que uma autora descreve como «a posição ambivalente dos homens de letras face às grandes mudanças operadas no universo jornalístico no final do século» (e de que Eça é a melhor expressão) – «se, por um lado, perspectivam os jornais como um bem imprescindível que ensina a ler o mundo e permite a vivência democrática, por outro lado também captam os seus aspectos mais disfóricos, nomeadamente o enfeudamento do jornalista à nova força crescente da massa dos leitores»<sup>73</sup>.

#### 4. Conclusão: jornalismo que «deve» e jornalismo que «pode»

Desde o impulso renovador da Geração de 70 e da chegada a Portugal do jornalismo barato, noticioso, generalista, dirigido aos grandes públicos urbanos, até à transição do século, o espaço público português, nele se compreendendo as cambiantes da opinião pública e a actividade, variada, de jornalistas e jornais, sofreu uma recomposição multifacetada, de que os principais vectores foram a aceleração (mais e mais rápida comunicação), a complexificação (de géneros, temas e grafismos), e o alargamento (de autores e públicos)<sup>74</sup>.

No centro dessa recomposição esteve o jornalismo, tornado progressivamente uma «indústria cultural»<sup>75</sup> na sua tripla função de informador, formador e divulgador de ideias, factos, *fait-divers*, modas, tendências, rumores, livros, espectáculos, personalidades e tudo o mais que preenchia a agitada vida quotidiana das multidões no último quartel do século XIX e no início do século XX. Aos olhos da *intelligentsia*, em tempos incertos, de rápidas transformações, como eram aqueles, as potencialidades e virtualidades teóricas da imprensa andavam de par com os seus desvios, perigos e vícios – fazendo dos jornais o melhor, mas também o pior, dos instrumentos de clarificação do debate público, e revelando o quanto, no próprio interior da profissão, coexistiam apreciações muito díspares sobre o ofício. Como Alberto Bessa explicava num passo do seu livro, em 1904, «o *jornalismo* “deve” ser; mas o *nosso jornalismo* “não pode” ser o que “deve” e que a maior parte dos nossos jornalistas queria que ele fosse, precisamente porque a exiguidade do meio em que se desenvolve não o deixa actuar e antes o obriga a ser actuado se quiser existir. É deplorável por certo, mas é assim»<sup>76</sup>.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Este texto é uma apresentação preliminar de alguns resultados da pesquisa individual que levo a cabo como investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, integrado no subprojecto «Cultural Wars, Public Intellectualism and the Making of Citizenship», da linha de investigação «Cultura e Conflito / Culture and Conflict». Agradeço a leitura atenta e as críticas e sugestões a ele feitas pelo Prof. Doutor Rogério Santos; o produto final é, naturalmente, da minha inteira responsabilidade.
- <sup>2</sup> Queirós, 1876: 491. V., para uma evocação do significado deste episódio d'O *Crime do Padre Amaro*, Bruno, 1906: 6-7.
- <sup>3</sup> Noronha, 1911: 57-61 e 157-158. Só no caso particular de Lisboa, a venda de jornais registou uma evolução de cerca de 50 mil exemplares diários nos finais da década de 1860 para cerca de 300 mil exemplares diários no final da Monarquia (v. Tengarrinha, 1989: 227, e Ramos, 2001: 55).
- <sup>4</sup> V. Dias, 2001: 39-51.
- <sup>5</sup> V. Reis, 1990: 15-28 e 50-67.
- <sup>6</sup> Ramos, 2004: 113-114 e 129.
- <sup>7</sup> Entre 1864 e 1900, a população urbana portuguesa quase duplicou, passando de cerca de 475 mil habitantes para perto de 810 mil; só a população de Lisboa aumentou de uns 200 mil habitantes para cerca de 360 mil (Ramos, 2001: 36).
- <sup>8</sup> O arco temporal deste texto – dos finais da década de 1860 ao início do século xx – corresponde ao período que José Tengarrinha definiu como «a fase industrial da imprensa», iniciada em 1865, com o lançamento do *Diário de Notícias* (Tengarrinha, 1989: 211 e ss.).
- <sup>9</sup> V. Dias, 2007: 314.
- <sup>10</sup> De acordo com estatísticas da época, em 1900 existiam em Portugal 592 jornais – mais 52% do que em 1894 (data em que se contabilizavam 389 jornais), e mais 296% do que em 1880 (data em que existiam cerca de 200 jornais no país) (Aranha, 1900: 45 e 47, e Coelho, 1881: 5-6). Dividindo o número de jornais pela população portuguesa – 5,5 milhões de habitantes em 1900 – apura-se um *ratio per capita* de quase 1 jornal por cada 9300 habitantes, cifra nunca mais igualada desde a I República até aos dias de hoje.
- <sup>11</sup> Queirós, 1886: 6.
- <sup>12</sup> Queirós, 1886: 10-11. Como Eça noutro passo sintetizava, «a ideia de leitura, hoje, lembra uma turba folheando páginas à pressa no rumor de uma praça» (*ibidem*: 7).
- <sup>13</sup> Dantas, 1968: 62.
- <sup>14</sup> Dantas, 1968: 63. Nos termos actuais de Ana Teresa Peixinho, «escrever nos jornais era uma forma de afirmação de uma autoridade, um modo de publicitar ideias, de divulgar obras, de defender ideologias, de travar polémicas diversas, enfim, de participar activamente na construção da esfera pública» (Peixinho, 2007: 19).
- <sup>15</sup> Para o conceito de «vida nova» como postura intelectual iconoclasta e dissidente e programa de intervenção política mais ou menos radical, v. Ramos, 2001: 171-179.
- <sup>16</sup> V. Mónica, 2003: 11-14, e Peixinho, 2007: 23-26.
- <sup>17</sup> Queirós, 1867: 9-11. Em Março de 1867, Eça precisaria que «o povo tem três coisas supremas que são a sua vida: a opinião das praças, que é a sua ideia espontânea e sentida; a imprensa, que é a sua opinião esclarecida e estudada; o direito de petição, que é a sua apelação, o seu desagravo das injustiças e das opressões. Se ele não tivesse estas coisas, era uma massa inerte, morta, material, sem importância na vida pública, sem união com a pátria» (*ibidem*: 86).



- 18 Na opinião de Ana Teresa Peixinho, «desde muito cedo, o escritor [Eça] revela uma particular sensibilidade pela nova força social e cultural que a imprensa representou na centúria de Oitocentos. Com a sua capacidade de observação perspicaz, Eça rapidamente compreendeu o poder do jornalismo na transformação social da época» (Peixinho, 2007: 24).
- 19 No fim da vida, recordando *As Farpas*, Eça diria: «Elas eram então como uma janela aberta, por onde entravam para o país grandes rajadas de civilização e de educação, irregulares e imetódicas, como todas as rajadas, mas varrendo os miasmas e trazendo sempre alguma boa semente» (cit. por Bruno, 1906: 314).
- 20 Lima, 1927: 133, 137-138. A partir de meados da década de 1890, quando Magalhães Lima foi substituído por Silva Graça na liderança do jornal, *O Século* mitigou um pouco a sua filiação republicana para se afirmar como um grande órgão de informação essencialmente empresarial.
- 21 Carta de 1885, cit. por Cunha, 1941: 121, nota 1.
- 22 V. Sardica, 2000: 35-37. Em todo o caso, contudo, mesmo com as formas de controlo administrativo ou censura experimentadas desde a lei de Lopo Vaz, em 1890, às leis de imprensa franquistas, de 1907, o jornalismo português nunca foi seriamente ameaçado e nunca deixou de revelar uma frontalidade combativa e um ardor retórico únicos na história da imprensa portuguesa.
- 23 Borges, 1900: 3.
- 24 Silva, 1922: 269.
- 25 Vilhena, 1916: 321.
- 26 Vilhena, 1918: 287.
- 27 Cit. por Pereira, 2007: 422-423.
- 28 V. Vargues, 2003, e Santos, 2005.
- 29 Armelim, 1909: 3-4.
- 30 O maior alargamento do universo de votantes em Portugal ocorreu com a reforma eleitoral de 1878: antes dela, não mais do que 10% dos portugueses tinha direito de voto; com ela, o voto foi alargado a cerca de 70% da população masculina adulta (Pinto e Almeida, 2000: 6).
- 31 Armelim, 1909: 4.
- 32 Armelim, 1909: 6-7.
- 33 Armelim, 1909: 8.
- 34 Bessa, 1904: 36 e 184.
- 35 Bessa, 1904: 41.
- 36 Bessa, 1904: 28-29.
- 37 Bessa, 1904: 31-32.
- 38 Bessa, 1904: 35.
- 39 Bessa, 1904: 36, 181 e 183.
- 40 Bessa, 1904: 178.
- 41 Bessa, 1904: 179. O autor fazia questão de citar, em abono do seu argumento, uma carta escrita por Antero de Quental, possivelmente num dos últimos momentos da sua vida, na qual o desiludido poeta açoriano dizia que «labora[va] em ilusão» todo aquele que achasse ser «possível criar e fazer durar uma publicação superior em moralidade e ilustração ao nível moral e intelectual do público»; por isso, em Portugal, para durar, «o jornal [...] será sempre e necessariamente o espelho lisonjeiro do público e não o seu mestre severo» (*ibidem*: 180).
- 42 Pinto, 1872: 8-9.
- 43 Pinto, 1872: 14-15.
- 44 Fonseca, 1874: 13. O autor completava o quadro dizendo que, no momento em que escrevia, mais

de trinta anos volvidos sobre a fundação do jornal *A Revolução de Setembro*, «a imprensa, com honestíssimas e brilhantes excepções [...] negocia as vulgaridades argentárias ou adula os dispendadores das graças régias. Não discute com a ciência dos factos, com a crítica dos acontecimentos; não agride o mal, não verbera o crime, não corta o rebento nocivo da árvore, não planta a vergôntea prometedora de frutos» (*ibidem*: 14).

<sup>45</sup> Teles, 1905: 61-62.

<sup>46</sup> Soares, 1883: 10.

<sup>47</sup> Soares, 1883: 218, 227 e 238.

<sup>48</sup> Soares, 1883: 10.

<sup>49</sup> Soares, 1883: 10 e 16.

<sup>50</sup> Soares, 1883: 275.

<sup>51</sup> Soares, 1883: 16.

<sup>52</sup> Soares, 1883: 19.

<sup>53</sup> Soares, 1883: 25.

<sup>54</sup> Soares, 1883: 285 e 295.

<sup>55</sup> Pinto & Almeida, 2000: 4.

<sup>56</sup> Pinto & Almeida, 2000: 4. O drama deste número surgia cristalino quando comparado com o estrangeiro: em 1850, ou seja, meio século antes da data da taxa portuguesa apontada, já a Grã-Bretanha não tinha mais do que 1/3 da sua população analfabeta e a Alemanha 1/4 apenas (*ibidem*: 240-241). De acordo com o recenseamento populacional português de 1890, cerca de 74% das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos não sabiam ler nem escrever, e nem sequer frequentava a escola, mesmo quando a lei a isso já obrigava (Ramos, 2001: 33). E ainda em 1909, um relatório da Inspeção-Geral das Escolas assinalava que apenas 14% (média nacional) do total de alunos que concluíam a instrução primária ingressava no ensino liceal, técnico e politécnico (Dias, 2007: 316).

<sup>57</sup> Ramos, 2001: 26.

<sup>58</sup> Cordeiro, 1896: 60, 138 e 234.

<sup>59</sup> Fuschini, 1899: 329 e 334. Noutro passo da obra, o autor seria ainda mais céptico: «Em povo algum do mundo, ousou quase afirmá-lo, se manifestou mais completa indiferença pelos actos da vida pública e administrativa da nação» (*ibidem*: 117).

<sup>60</sup> Bruno, 1906: 145 e 151.

<sup>61</sup> Cit. por Noronha, 1913: 265-266.

<sup>62</sup> Almeida, 1890: 211-212.

<sup>63</sup> Almeida, 1890: 214-216.

<sup>64</sup> Almeida, 1890: 219.

<sup>65</sup> V. Peixinho, 2007: 25.

<sup>66</sup> O conteúdo deste texto é muito semelhante ao da carta xv d'A *Correspondência de Fradique Mendes*, uma publicação semipóstuma de Eça, dada à estampa apenas em 1900, mas que reunia cartas várias, endereçadas por essa personagem imaginária que ele criara, redigidas pelo escritor desde finais da década de 1880 (v. Queirós, 1900: 215-224). É possível, portanto, que o texto de 1894 tivesse sido, originalmente, uma dessas cartas, que permaneceu inédita durante alguns anos, até Eça a reformular para publicação no Brasil. V., sobre o texto de 1894, Peixinho, 2007: 31-33.

<sup>67</sup> Queirós, 1894: 355.

<sup>68</sup> Queirós, 1894: 355. Segundo Eça, os jornais ofereciam «cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, das onze à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que entram à pressa na redacção,

agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena, indiferentemente sobre uma crise do Estado, ou sobre o mérito de um *vaudeville*» (Queirós, 1894: 356).

<sup>69</sup> Queirós, 1894: 357.

<sup>70</sup> Queirós, 1894: 357. «Vir no jornal! Ter o seu nome impresso, citado no jornal! Eis hoje, para uma forte maioria dos mortais que vivem em sociedade, a aspiração e recompensa supremas» (*ibidem*).

<sup>71</sup> Queirós, 1894: 358.

<sup>72</sup> Para um resumo das múltiplas ligações de Eça ao universo jornalístico português da segunda metade do século XIX, v. Mónica, 2003: 7-45, e Peixinho, 2007: 18-19.

<sup>73</sup> Peixinho, 2007: 33.

<sup>74</sup> «Entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX [...] desenvolveu-se no nosso país uma cultura urbana de massas num quadro histórico de efeitos multiplicadores nos planos social e cultural que transformaram o espaço público em Portugal» (Dias, 2007: 309).

<sup>75</sup> O conceito de «indústria cultural» é aqui utilizado numa acepção bastante genérica e retroactiva em relação à sua entrada oficial no léxico da sociologia ou dos estudos culturais. Mas era, de facto, de uma «indústria» nova, e não de um passatempo amador de simples letrados ou escritores, que a conhecida Princesa Rattazzi falava, ao escrever, divertida, sobre a realidade jornalística portuguesa, em 1879: «Realizou-se em Portugal o ideal do Sr. Émile de Girardin. A liberdade absoluta de imprensa floresce nas margens do Tejo tanto como sobre as do Tamisa. Não há ninguém que não sobre na tuba da fama; a questão consiste em saber se sopra melhor ou pior» (Rattazzi, 1879: 243).

<sup>76</sup> Bessa, 1904: 182 (itálicos no original).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fialho de (1890), *Pasquinadas. Jornal dum vagabundo*, Porto: Livraria Chardron.
- ARANHA, Pedro Venceslau de Brito (1900), *Mouvement de la presse périodique en Portugal de 1894 à 1899*, Lisboa: Imprimerie Nationale.
- ARMELIM JR., M. V. (1909), *Papel da Imprensa na Grande Obra da Regeneração Nacional. Alvitres práticos. Memória da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, Lisboa: Imprensa Lucas.
- BESSA, Alberto (1904), *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*, Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.
- BORGES, França (1900), *A Imprensa em Portugal. Notas d'um jornalista*, Porto: Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica.
- BRUNO, Sampaio (1906), *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto: Livraria Chardron.
- COELHO, Eduardo (1881), *Notice présentée au Congrès Littéraire International de Lisbonne*, Lisboa, s.l.
- CORDEIRO, J. A. da Silva (1896), *A Crise em Seus Aspectos Morais*, Coimbra: França Amado – Editor.
- CUNHA, Alfredo da (1941), *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*, Lisboa: Separata das «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa».
- DANTAS, Júlio (1968), *Páginas da Memória*, Lisboa: Portugália Editora.
- DIAS, Marina Tavares (2001), *A Lisboa de Eça de Queirós*, Lisboa: Quimera Editores.
- DIAS, Luís Augusto Costa (2007), «O Papel do Impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX)», *Estudos do Século XX*, n.º 7, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 307-317.
- FONSECA, Guimarães (1874), *Carta de Um Solitário ao Primeiro Jornalista Portuguez António Rodrigues Sampaio*, Lisboa: Tipografia Progressista de P. A. Borges.
- FUSCHINI, Augusto (1899), *O Presente e o Futuro de Portugal*, Lisboa: Companhia Tipográfica.
- LIMA, Sebastião de Magalhães [1927], *Episódios da Minha Vida. Memórias documentadas*, Lisboa: Livraria Universal.
- MÓNICA, Maria Filomena (org.) (2003), *Eça de Queirós, Jornalista*, São João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- NORONHA, Eduardo de (1911), *À Porta da Havanesa. Da Thomarada à República*, Porto: Magalhães & Moniz Lda. Editores.
- NORONHA, Eduardo de (1913), *Vinte e Cinco Anos nos Bastidores da Política. Emídio Navarro e as «Novidades»*, Porto: Companhia Portuense Editora.

- PEIXINHO, Ana Teresa (2007), «Textos Jornalísticos de Eça de Queirós: O jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista», *Estudos do Século XX*, n.º 7, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 15-38.
- PEREIRA, Sara Marques (2007), *O Pensamento Pedagógico de Sampaio Bruno. A ideia de educação para a República*, Lisboa: INCM.
- PINTO, António Costa; ALMEIDA, Pedro Tavares de (2000), «On Liberalism and the Emergence of Civil Society in Portugal», in Nancy Bermeo e Philip Nord (ed.), *Civil Society Before Democracy. Lessons from Nineteenth-Century Europe*, Boston: Rowman & Littlefield Publishers Inc., pp. 3-21.
- PINTO, Silva (1872), *Sobre a Questão da Imprensa. Aos jornalistas futuros*, Lisboa: Imprensa de J. G. Sousa Neves.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de [1867], *Da Colaboração no «Distrito de Évora»*, Lisboa: Edições Livros do Brasil, s.d., vol. I.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de [1876], *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa: Edições Livros do Brasil, s.d.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de [1886], «Prefácio», in Conde de Arnoso, *Azulejos*, Lisboa: Portugal-Brasil Lda., Sociedade Editora, s.d.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de (1894), «Ecos de Paris. Ainda o anarquismo. O Sr. Brunetière e a imprensa», in Maria Filomena Mónica (org.) (2003), *Eça de Queirós, Jornalista*, São João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, pp. 350-358.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de [1900], *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa: Edições Livros do Brasil, s.d.
- RAMOS, Rui (2001), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, 2.ª ed., Lisboa: Editorial Estampa.
- RAMOS, Rui (2004), «Os Intelectuais no Estado Liberal (segunda metade do século XIX)», in Benedita Duque Vieira (org.), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*, Lisboa: CEHCP-ISCTE, pp. 107-133.
- RATTAZZI, Maria (1881), *Portugal de Relance*, Lisboa: Edições Antígona (ed. de 1997).
- REIS, Carlos (1990), *As Conferências do Casino*, Lisboa: Publicações Alfa.
- SANTOS, Rogério (2005), «Jornalismo Português em Finais do Século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar», *Media & Jornalismo*, n.º 6, Coimbra: MinervaCoimbra, pp. 83-94.
- SARDICA, José Miguel (2000), «Poderes Políticos e Liberdade de Expressão no Século XIX. Censuras à imprensa durante a Monarquia», *Revista História*, n.º 23, Lisboa, pp. 28-37.
- SILVA, César da (1922), *A Derrocada de Um Trono. Crónica dos dois últimos reinados em Portugal (1889-1910)*, Lisboa: João Romano Torres & C.<sup>ia</sup>.
- SOARES, Duarte Gustavo Nogueira (1883), *Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal*, Lisboa: Tipografia Universal.

TELES, Basílio (1905), *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'História Política*, Porto: Livraria Chardron.

TENGARRINHA, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Editorial Caminho.

VARGUES, Isabel Nobre (2003), «A Afirmção da Profissão de Jornalista em Portugal: Um poder entre poderes?», *Revista de História das Ideias*, n.º 24, Coimbra: Minerva, pp. 157-175.

VILHENA, Júlio de (1916), *Antes da República. Notas Autobiográficas*, vol. 1 (1874-1907), Coimbra: França Arménio Editores.

VILHENA, Júlio de (1918), *Antes da República. Notas Autobiográficas* (Suplemento), Coimbra: França Arménio Editores.